

## IV. Participação e orientações sindicais

Leôncio Martins Rodrigues  
Adalberto Moreira Cardoso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM., and CARDOSO, AM. Participação e orientações sindicais. In: *Força sindical: uma análise sociopolítica* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 42-64. ISBN: 978-85-7982-020-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

#### IV. PARTICIPAÇÃO E ORIENTAÇÕES SINDICAIS

##### *Posição dos delegados nas entidades e tempo de militância*

O congresso de fundação da Força Sindical foi estritamente um congresso de diretores de sindicatos, quer dizer, de delegados com posições nas diretorias dos sindicatos da estrutura sindical oficial: 88% representando sindicatos, 7% federações, 1% confederações, 3% associações e o restante outras entidades. Não houve delegados de oposições sindicais, como ocorreu nos quatro congressos da CUT realizados até aqui. A proporção de delegados que eram apenas “associados” de suas entidades foi de 8%, enquanto a proporção dos que eram membros de diretorias chegou a 65%. É interessante comparar os dados da Força Sindical com os dos congressos da CUT. No primeiro congresso dessa entidade (1984), 66% eram delegados de base, ou seja, militantes sindicais sem posição na diretoria; no segundo a porcentagem de delegados de base chegou a 70% e no terceiro a 51%. Contudo, atualmente, a tendência da CUT é reforçar a participação dos membros de diretoria e diminuir a dos militantes de base e dos membros das oposições sindicais.

A forte presença dos delegados de ‘base nos primeiros congressos da CUT explica-se amplamente pelas motivações políticas e ideológicas que cercaram a formação dessa central. O projeto original era o de construção de um sindicalismo de luta, organizado “pela base”, crítico em relação à estrutura corporativa e orientado para a sua substituição.<sup>1</sup> Mas, à medida

<sup>1</sup> Fugiria do escopo deste trabalho uma análise das tendências sindicais, grupos políticos e motivações ideológicas presentes na constituição da CUT, em todos os sentidos muito diferentes daqueles presentes na Força Sindical. Sobre a CUT e os grupos políticos que estiveram na origem dessa central, consultem-se: Maria Hermídia Tavares de Almeida, “O Sindicalismo Brasileiro entre a Conservação e a Mudança” in: Maria Hermínia Tavares de Almeida e Bernardo Sorj, *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983; Leôncio Martins Rodrigues, “Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais”, *op. cit.*; Clarice Menezes e Ingrid Sarti, *op. cit.* Uma pequena história e dados sobre a CUT encontram-se em Vito Giannotti e Sebastião Neto, *CUT por Dentro e por Fora*, Petrópolis, Vozes, 1990; e em Leôncio Martins Rodrigues, *CUT: Os Militantes e a Ideologia*. Em Ana Maria Doimo, “Os Rumos dos Movimentos Sociais nos Caminhos da Religiosidade”, in: Paulo Krischke e Scott Mainwaring (orgs.), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição*, Porto Alegre, L&PM, 1986, há informações sobre o papel dos diferentes grupos políticos e da ala “progressista” da Igreja nos momentos que precederam a criação da CUT.

que a CUT se consolidava e ganhava novos sindicatos da rede sindical oficial, foi aumentando o peso dos delegados de diretoria de sindicatos e diminuindo a participação dos delegados de base. A Força Sindical, que não partiu das mesmas motivações político-ideológicas, estruturou-se desde o início apoiada nas diretorias dos sindicatos, como indica o quadro seguinte:

*Quadro III-1*  
*Posição dos delegados nas entidades*

Diretor	65,2
Suplente da diretoria	9,1
Somente associado	8,1
Associado com alguma função no sindicato	6,1
Membro do conselho consultivo	2,7
Delegado de base ou delegado sindical	2,1
Outra situação	6,7
Total	100,0
N	853

Como se vê, a proporção de simples associados e de delegados de base é bastante baixa, contrastando fortemente com a elevada porcentagem de diretores. Cumpre salientar que, entre esses, mais de um quinto eram presidentes da entidade. Vinham a seguir, em termos da participação no congresso, os tesoureiros e os secretários.

Chama à atenção, no quadro a seguir, a fraca participação dos vice-presidentes em comparação com os secretários e tesoureiros. Sabemos que a vice-presidência é cargo pouco importante na estrutura sindical, uma vez que o titular do cargo não dispõe de poderes reais de decisão no que tange ao dia-a-dia da gestão sindical. Esse poder concentra-se no presidente, no secretário e no tesoureiro dos sindicatos. Aqui, como em outra parte, o vice-presidente parece cumprir, na prática, função decorativa. O movimento sindical é pródigo em exemplos de composições de chapas eleitorais em que a vice-presidência é usada para acomodar conflitos entre grupos divergentes na disputa pelo poder sindical. Mas o vice-presidente, geralmente sem muito poder no dia-a-dia da organização, tem um poder potencial que reside na eventualidade de assumir a presidência no caso de um afastamento do presidente.

Quadro III-2  
Cargos na diretoria

Presidente	23,2
Tesoureiro	15,0
Secretário	14,7
Membro do conselho fiscal	12,4
Suplente de diretoria	12,2
Vice-presidente	6,4
Representante de federação ou confederação	3,8
Outro cargo no sindicato	12,3
Total	100,0
N	853

Corroborando esses dados, a Direção Nacional da Força Sindical apresentou as seguintes distribuições: 95% eram membros de diretorias de sindicatos, sendo que 74% ocupavam o posto de presidente.<sup>2</sup> Isso indica muito claramente que a Força Sindical, tal como a Central Geral dos Trabalhadores, nasce estruturada sobre os sindicatos oficiais. Se tomarmos em conta o que se discutiu anteriormente, isto é, o tempo relativamente elevado de militância sindical dos delegados e da Direção Nacional, ao lado dos dados analisados aqui, pode-se dizer que a Força Sindical surge como uma central que colocará, muito provavelmente, a problemática trabalhista no centro de sua atuação, o que não significa dizer que ela deverá abdicar das demandas de natureza política, mas sim que essas demandas não serão equacionadas de um prisma partidário. Ao contrário das organizações de trabalhadores mais à esquerda, que agitam bandeiras sindicais para fins políticos, a Força Sindical deverá atuar politicamente para a obtenção de demandas trabalhistas e sindicais.

Tal comentário ganha importância considerando-se que não foi esse o caso da CUT, como já se disse. Vale reiterar que alguns dos grupos políticos marxistas e certas alas da “Igreja progressista” que participaram das articulações pela formação da CUT pretendiam uma ampla organização de trabalhadores e das camadas pobres, bem mais amplas do que uma central estritamente sindical, incorporando também as organizações dos movimentos sociais. Essa foi uma proposta polêmica desde o início,

<sup>2</sup> A distribuição referente à ocupação de cargos na diretoria de parte dos membros da Direção Nacional da Força Sindical foi a seguinte: presidente: 74,2%; vice-presidente: 4,8%; secretário: 8,1%; tesoureiro: 1,6%; membro do conselho fiscal: 3,2%; outro cargo: 1,6%.

principalmente porque não era de todo palatável aos diretores dos sindicatos oficiais que estiveram na linha de frente da construção da CUT. Uma forma intermediária, ou de compromisso, que acabou vingando foi a formação de uma Central que reunisse não apenas os diretores de sindicatos mas também os membros das “oposições sindicais” e os militantes de base dos sindicatos, excluindo as organizações dos movimentos sociais. Mas, mesmo com a ausência das organizações ligadas aos movimentos sociais (CEBs, associações de moradores, etc.), o lado “movimento” (em contraposição ao lado “institucional”) foi sempre muito forte na CUT. Esse fato marcou o desenvolvimento futuro da entidade e se expressa até hoje, constantemente, nas divergências internas e na resistência que as medidas em favor de uma maior institucionalização da entidade e dos sindicatos encontram da parte de várias facções.<sup>3</sup> Esses aspectos estiveram totalmente ausentes da Força Sindical, que, desde o início, pretendeu ser uma central de sindicatos e não um misto de sindicatos oficiais, de associações de ativistas sindicais, de movimentos populares e de grupos políticos.

#### *Cargos na diretoria e categorias profissionais*

Já salientamos que mais da metade dos delegados era formada por sindicalistas com algum posto na diretoria. Quando analisamos esse dado em relação à categoria profissional dos participantes do congresso da Força Sindical, cumpre alertar, desde logo, que é difícil traçar, com as informações de que dispomos, uma tendência geral que explique as variações da repartição da porcentagem de diretores e simples associados entre as várias categorias

<sup>3</sup> Para Pierre Rosanvallon, o fenômeno da “institucionalização” implica que os sindicatos tendem a adquirir autonomia com relação aos trabalhadores e simples associados. A Administração dos sindicatos torna-se uma espécie de ofício como outros, “que se insere num sistema de especialização das funções sociais” (Pierre Rosanvallon *op. cit.*, p. 37) Angelo Panebianco, por sua vez, define o processo de institucionalização como a “forma como a organização se consolida”. Um processo de institucionalização bem realizado significa que, para a maioria de seus membros, o “bem” da organização tende a coincidir com os seus fins. “A organização se converte, ela mesma, em um fim para um amplo setor de seus membros.” Para Panebianco, dois processos básicos estão ligados à institucionalização: 1) o desenvolvimento de interesses na manutenção da organização (por parte dos dirigentes em diferentes níveis da pirâmide organizacional) 2) a difusão e o desenvolvimento de lealdades organizacionais. Embora o autor italiano refira-se à organização partidária, suas observações parecem-nos extensíveis à organização partidária. A. Panebianco, Modelos de Partidos, Madri, Alianza Editorial, 1990, PP. 108 e 115-6.

profissionais. Aparentemente, a explicação reside na modalidade de escolha de delegados e da representação de cada entidade no congresso. Não houve critérios rigorosos para a seleção das entidades e do número de delegados que poderiam participar. De todo modo, algumas diferenças merecem ser assinaladas.

*Tabela III-1*  
*Cargos na diretoria e entidade*

<i>Cargos</i>	<i>Metalúrg.</i>	<i>Alimentação</i>	<i>Papel</i>	<i>Outras indús.</i>	<i>Com. e Serv.</i>	<i>Func. Públ.</i>	<i>Rurais</i>	<i>Outras categ.</i>	<i>Total</i>
Diretor	56,1	68,4	83,0	65,7	72,3	56,0	84,6	54,6	65,9
Sócio	7,0	5,4	-	11,1	4,1	38,2	10,3	15,1	7,9
Sócio c/ função	10,5	3,1	-	3,7	4,4	-	5,1	13,2	5,8
Outra situação	8,7	4,6	2,1	5,6	8,2	2,9	-	5,7	6,6
Suplente	11,1	12,3	12,8	8,8	7,9	2,9	-	3,8	9,0
Delegado Conselho	1,0	6,2	-	0,9	2,2	-	-	3,8	2,0
Consultivo	5,6	-	2,1	4,2	0,9	-	-	3,8	2,8
Total	25,6	11,6	4,2	19,2	28,2	3,0	3,5	4,7	100,0
N	302	139	47	225	334	34	40	57	1178

Foi entre os metalúrgicos que se encontrou a menor proporção relativa de delegados com cargos na diretoria. Neste caso, muito provavelmente, a explicação se deve ao fato de os militantes metalúrgicos, especialmente os ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, terem ocorrido em grande número ao congresso de formação de uma central sindical que tem como principal ponto de apoio o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. No caso dos funcionários públicos, setor em que a CUT é absolutamente dominante, a baixa proporção de diretores vem, com toda a certeza, do pequeno número de entidades do setor público que apoiaram a formação da Força Sindical. Desse modo, seria mesmo difícil encontrar uma proporção elevada de diretores de entidades entre os poucos funcionários públicos presentes.

### *Tempo de militância*

A análise do tempo de militância dos delegados que participaram da fundação da Força Sindical indica que se trata de congressistas com tempo de atividade sindical relativamente maior do que o encontrado no III CONCURTO,

parâmetro privilegiado de comparação, neste caso. Além do mais, pelos dados de que dispomos relacionados à CUT, é bastante provável que a situação dos delegados participantes do congresso da Força Sindical retrate um quadro mais geral, característico do sindicalismo brasileiro. Como expressa o quadro seguinte, que apresenta dados relacionados ao tempo de militância dos delegados que participaram do congresso de fundação da Força Sindical e do III Congresso Nacional da CUT, aproximadamente um terço dos delegados da Força Sindical tinha menos de três anos de militância sindical, compreendendo por esse tempo todo o período em que o delegado tinha participado de atividades sindicais, na diretoria de alguma entidade ou fora dela. O tempo de militância dos delegados do III CONCURTO, para o mesmo período, era ligeiramente maior (37%). Porém, considerando somente os que tinham mais de sete anos de militância sindical, encontrou-se uma proporção maior de casos no congresso da Força Sindical do que no da CUT.

Vê-se, assim, que a Força Sindical possui proporcionalmente mais delegados com mais tempo de militância. Na última faixa (mais de sete anos) a diferença se acentua: cerca de 47% dos delegados na Força Sindical contra 32% no III CONCURTO.

O maior tempo de militância encontrado entre os delegados da Força Sindical se deve, em parte, ao fato de os delegados que participaram da fundação dessa central serem um pouco mais velhos do que os delegados presentes no III CONCURTO. Considerando, ademais, que na Força Sindical lidamos com dirigentes sindicais mais do que com militantes de base ou do que com ativistas de oposições sindicais, temos mais elementos que reforçam a hipótese de que a Força Sindical se apresentou, muito mais do que a CUT, como central fortemente embasada na estrutura sindical oficial.

*Quadro III-3*  
*Tempo de militância FS e CUT*

<i>Tempo de militância</i>	<i>FS</i>	<i>CUT</i>
Menos de três anos	31,7	37,4
Quatro a sete anos	21,4	30,8
Mais de sete anos	46,9	31,8
Total	100,0	100,0
N	1.048	4.137

O sindicalismo corporativo no Brasil consolidou padrões de reprodução de lideranças sindicais em seus postos que, no limite, pouco

tinham a ver com a capacidade de mobilização de suas bases de representação. Maior tempo no movimento sindical e, em especial, nas diretorias de sindicatos não significa, sempre, forte apoio da massa de trabalhadores. Muito ao contrário. Aquele tempo maior pode significar, no Brasil: 1) maior capacidade de sobrevivência, por parte de sindicalistas, em face de conjunturas políticas adversas, vale dizer, a repressão dos tempos do regime autoritário; 2) consolidação de um padrão de gestão da máquina sindical altamente eficiente em termos da prestação de serviços aos associados, mas pouco eficaz na negociação trabalhista. A eficácia, neste último aspecto, pode não ter nada a ver com a capacidade de pressão da organização sindical, isto é, a capacidade de fazer greves. Pode derivar da relação amigável com os empregadores, como mostra Hamilton Faria<sup>4</sup> para o caso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo durante a gestão Joaquinzão. Em suma, maior tempo de militância sindical no Brasil pode significar, na verdade, no caso dos diretores sindicais que permaneceram nos cargos durante o período autoritário, um compromisso com, o sindicalismo corporativo, que terá sido, com razoável margem de certeza, menos intenso do que o encontrado entre os sindicalistas que fundaram a CUT, dos quais metade estava fora da estrutura sindical oficial.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Para Hamilton J. B. de Faria, “A Experiência Operária nos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário”, dissertação de mestrado, São Paulo, PUC, 1986. Veja-se também Adalberto Moreira Cardoso, *A Negação Contestada: Pragmatismo Sindical e Democratização*, op. cit., e Arnaldo Nogueira, “A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro. A Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (1978-83)”, dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1990.

<sup>5</sup> É verdade que os militantes sindicais cutistas que estavam fora da estrutura sindical, com o tempo, acederam às direções dos sindicatos oficiais. Ao fazê-lo, levavam com eles o discurso transformador que definia a estrutura sindical corporativa como meta prioritária de reforma. Se tal reforma não se verificou na prática, isso tem menos relação com as disputas internas da central do que com a dinâmica cotidiana dos sindicatos que, consolidados como estruturas burocráticas, têm demonstrado uma inércia organizacional de difícil superação, a curto prazo e desde dentro. Para a inércia organizacional como componente essencial de grandes organizações, ver Michel Crozier, *O Fenômeno Burocrático*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981. Para a dinâmica sindical, como responsável pela consolidação de lideranças e de reiteração de um padrão de representação sindical, ver Alessandro Pizzorno, *Exchange and Collective Identity in Industrial Conflict*, ia: A. Pizzorno e C. Crouch, *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe Since 1968*, Londres, The MacMillan Press, 1978. De ângulo diverso, para a análise relacionada à resistência e à dificuldade da mudança da estrutura sindical brasileira, cf. Maria Hermínia Tavares de Almeida, *Crise Econômica e Organização de*

O tempo de militância constitui um requisito importante para a ocupação de um posto na Direção Nacional da Força Sindical. A proporção de membros da Diretoria Nacional com menos de três anos de atuação sindical é significativamente menor do que a encontrada na massa de sindicalistas presentes ao congresso: cerca de 5% tinham menos do que três anos, enquanto no outro extremo 80% tinham mais de sete anos de militância (contra 47% entre os delegados).

Quadro III-4  
Direção nacional  
Tempo de militância

Menos de 3 anos	4,6
De 4 a 7 anos	15,4
Mais de 7 anos	80,0
Total	100,0
N	65

Deve-se notar, por outro lado, que a variação entre as categorias profissionais não é muito acentuada, oscilando a diferença numa faixa de dez pontos para quase todas as categorias. A exceção é dada pelos funcionários públicos, especialmente quando comparados aos metalúrgicos. Como se vê na tabela seguinte, cerca de 60% dos delegados de sindicatos metalúrgicos da Força Sindical tinham mais de sete anos de militância sindical, enquanto no caso dos funcionários públicos a proporção caía para cerca de 10%.<sup>6</sup> Entre esses últimos, a maioria tinha menos de dois anos de

*Interesses: Estratégias do Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, tese de livre-docência defendida no Departamento de Ciência Política da USP, 1992 (mimeo.), e Armando Boito Jr., *O Sindicalismo de Estado no Brasil. Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*, São Paulo, Editora da Unicamp-Hucitec, 1991.

<sup>6</sup> A comparação por categoria profissional não pôde ser feita com os delegados que participaram do II CONCUR por não existirem dados para as mesmas categorias. Assim, as informações relativas ao congresso da CUT não distinguem os delegados do setor de alimentação, do papel e papelão (incluídos na categoria “outros”), enquanto, por outro lado, no caso da Força Sindical, os delegados do setor de educação e do setor financeiro, por exemplo, estão compreendidos na categoria outros. Apesar disso, pode-se comparar a categoria dos metalúrgicos e dos funcionários públicos, que aparecem discriminados nos dados para os congressos das duas centrais. Nos dois casos, os metalúrgicos constituem a categoria profissional com mais tempo de militância, e os funcionários públicos, a categoria com menos tempo. No III CONCUR, 53% dos delegados metalúrgicos tinham mais de sete anos de militância, proporção bastante próxima da encontrada na Força Sindical. O menor tempo de militância, encontrado entre os funcionários públicos, relaciona-se com a menor

militância, dado que contrasta fortemente com as demais categorias, onde a proporção, nessa faixa de tempo, tende a oscilar entre um quinto e um quarto dos delegados.

*Tabela III-2  
Tempo de militância e entidade*

Tempo	Metalurg.	Aliment.	Papel	Outras indú.	Comer e serv.	Func. públ.	Rurais	Outras categ.	Total	N
Até 2 anos	22,0	25,9	23,9	23,5	19,7	62,1	21,6	25,5	23,4	241
3 a 7 anos	20,4	30,1	32,6	31,6	34,6	27,6	29,7	34,0	29,3	302
Mais de 7 anos	57,6	44,0	43,5	44,9	45,7	10,3	48,7	40,5	47,3	486
Total	26,1	11,3	4,5	19,0	28,1	2,8	3,6	4,6	100,0	
N	269	116	46	196	289	29	37	47		1.029

Apesar de o tempo de militância dos delegados da Força Sindical ser, de modo geral, maior do que o dos sindicalistas que participaram do III CONCURTO, a parcela dos que ocupavam cargos de direção há pouco tempo pode ser considerada elevada: 28% dos delegados da Força Sindical não tinham mais do que um ano de diretoria. No caso da CUT, os que dirigiam sindicatos há um ano ou menos chegavam a 48% do total de delegados com postos na diretoria. Os delegados com mais de seis anos na diretoria de seus sindicatos compunham aproximadamente um quinto do total. Somente 12% daqueles ocupavam cargo de diretoria há mais de quatro anos. Observe-se, ainda, que 24% dos sindicalistas da Força Sindical, contra 12% no Terceiro Congresso da CUT, tinham entre quatro e dez anos de tempo na diretoria e que 10% dos delegados da Força Sindical tinham mais dez anos de diretoria, enquanto somente 1%, no caso da CUT, estava na mesma situação.

Esses dados reiteram o fato de a Força Sindical ter sido formada a partir de dirigentes sindicais, com posições na estrutura sindical e relativamente mais idosos, enquanto no III CONCURTO estavam sindicalistas mais jovens e militantes que provavelmente só recentemente começam a ocupar posições na estrutura sindical oficial.<sup>7</sup>

tradição de ativismo sindical nessa categoria que, até a Constituição de 1988, não tinha o direito de organizar-se em sindicatos.

<sup>7</sup> Infelizmente, não dispomos de dados relativos ao IV CONCURTO. Nesse congresso, realizado em São Paulo em setembro de 1991, não apenas o número absoluto de delegados foi

*Quadro III-5*

*Tempo na diretoria – delegados da ES e do III CONCURTO*

Tempo na diretoria	FS	CUT
Menos de um ano	12,2	21,8
Um ano	15,7	26,3
Dois anos	16,1	22,6
Três anos	11,4	10,3
Quatro anos	11,1	5,8
De quatro a dez anos	23,5	11,9
Mais de dez anos	10,0	1,3
Total	100,0	100,0
N	826	1.968

Os dados acima servem apenas como uma comparação muito geral entre o conjunto de participantes dos congressos das duas centrais. Dizemos “muito geral” porque o tempo na diretoria, tal como o tempo de militância, varia de acordo com a categoria profissional. Nas categorias onde o impulso de sindicalização é mais recente, os diretores de sindicatos tendem a ter menos tempo de diretoria e de militância. Isso é especialmente mais forte entre os funcionários públicos. Conforme mencionado em nota, até a Constituição de 1988 esses não podiam organizar-se em sindicatos. Na medida em que os professores, especialmente do ensino elementar, têm muito mais peso na CUT do que na Força Sindical, a média de tempo de militância na CUT tende a ser puxada para baixo.<sup>8</sup>

### *Liberação para as atividades sindicais*

Dos diretores de entidades que participaram do congresso de fundação da Força Sindical, cerca da metade estava liberada das empresas em que trabalham para realizar atividades sindicais, quer dizer, trabalhava

consideravelmente menor (1.546 sindicalistas credenciados no IV CONCURTO contra 6.218 no III CONCURTO) como a presença de delegados de base também foi reduzida, numa proporção que ainda não temos condições de saber.

<sup>8</sup> Para a CUT, não temos os dados relativos a tempo de diretoria cruzados com as categorias profissionais. Mas dispomos dos dados relativos a tempo de militância, que coincidem grandemente com o tempo de diretoria. Assim, no caso dos delegados no III CONCURTO, entre os metalúrgicos há mais tempo organizados em sindicatos, 53% tinham mais de sete anos de militância sindical, proporção que caía para 21% entre os funcionários públicos e 36% entre os delegados do setor de educação (Leôncio Martins Rodrigues, Maria Silvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*, tabela 29).

em tempo integral no sindicato, enquanto aproximadamente 14% estavam liberados “em tempo parcial”. A proporção dos diretores liberados para atividades sindicais, no caso da Força Sindical, é bem maior do que a encontrada entre os delegados no III CONCURTO, onde somente 34% estavam inteiramente liberados.

*Quadro III-6  
Liberação para trabalho sindical – FS e CUT*

<i>Tipo de liberação</i>	<i>FS</i>	<i>CUT</i>
Liberado em tempo integral	54,5	34,1
Liberado em tempo parcial	13,8	14,7
Não liberado	29,7	49,6
Outra situação	2,0	1,6
Total	100,0	100,0
N	816	1.751

Ao que tudo indica, a categoria profissional representada pela entidade é uma variável interveniente na liberação para a dedicação a atividades sindicais. Nesse aspecto, as discrepâncias são mais fortes na CUT do que na Força Sindical, porque a composição sócio-profissional entre delegados ao III CONCURTO foi, como já vimos no capítulo II, mais heterogênea do que no congresso da Força Sindical. No caso da CUT, enquanto entre os funcionários públicos, professores e trabalhadores rurais a proporção dos que estavam “desligados da produção” para se dedicarem exclusivamente aos trabalhos dos seus sindicatos estava entre 20% e 25%, entre os bancários nada menos do que 76% dos diretores de sindicatos estavam desligados integralmente de suas ocupações. Entre os delegados do congresso da Força Sindical, a variação entre as diferentes categorias oscilou entre um máximo de 66% de diretores totalmente desligados de suas atividades profissionais (diretores de sindicatos de trabalhadores rurais) e um mínimo de 50% (entre os funcionários públicos).

Aqui também uma comparação mais detalhada entre os delegados do I Congresso da Força Sindical com os do III CONCURTO é difícil de ser feita porque a agregação das categorias profissionais, em ambos os congressos, nem sempre coincide. Contudo, chama a atenção à discrepância entre os delegados de sindicatos rurais nas duas entidades. No III CONCURTO eram os delegados de trabalhadores rurais os que apresentavam a mais baixa proporção de diretores de sindicatos dedicados integralmente à atividade sindical. Na Força Sindical, a porcentagem era bastante elevada, mas

algumas ressalvas devem ser feitas. No congresso da CUT, os delegados de trabalhadores rurais perfaziam aproximadamente 34% do total. Entre eles, apesar de os pequenos proprietários representarem cerca da metade dos participantes do evento, havia muitos assalariados, posseiros e trabalhadores sem terra. No caso da Força Sindical, os delegados de sindicatos rurais constituíam um número muito pequeno (3,5% do total). Alguns, ao preencherem os questionários, declararam como profissão “agricultor” e não “trabalhador rural”, o que permite pensar que não eram assalariados, mas pequenos proprietários de nível de renda mais elevada do que agricultores de uma economia de subsistência. Embora não tenhamos dados mais precisos, a impressão que resulta da comparação entre os “trabalhadores rurais” da CUT e os da Força Sindical é de que, no caso da primeira, muito provavelmente, simples trabalhadores – sem tempo de militância sindical e sem posição nas diretorias dos sindicatos rurais – eram enviados pelas lideranças da CUT ou da “Igreja progressista” para fins de formação política e sindical, enquanto na Força Sindical os poucos “agricultores” presentes eram diretores de sindicatos.

Além disso, grande parte dos delegados de trabalhadores rurais presentes no III CONCURTO provinha das regiões Norte e Nordeste, muitos deles de áreas conflituosas, onde era forte o litígio pela posse da terra. No caso da Força Sindical, quase a metade dos delegados de sindicatos de trabalhadores rurais era paulista, e 64% do total tinham entre curso primário e ginásio completo. Entre esses delegados, não se encontrou nenhum analfabeto, enquanto a proporção dos que não tinham mais de quatro anos de escolaridade foi de apenas 12%. Na CUT, 32% eram analfabetos. Essas observações destinam-se a mostrar que, no caso dos trabalhadores rurais, havia profundas diferenças entre a Força Sindical e a CUT, o que deve ser levado em conta quando se comparam os delegados dessa categoria profissional.

### *Participação em congressos*

Pelo que indicam os dados relacionados à participação em congressos sindicais anteriores, a Força Sindical recrutou, na sua maioria, dirigentes sindicais que não tinham ligações com as centrais sindicais já existentes ou que delas tinham permanecido afastados. Essa afirmação advém do fato de a maioria dos delegados nunca ter participado de outros congressos sindicais, apesar de o final da década de 70 e o começo da de 80 terem sido um período

repleto de reuniões sindicais de todo tipo. Com efeito, aproximadamente 67% dos delegados sindicais presentes na fundação da Força Sindical nunca tinham participado de algum congresso da CUT ou da CGT.<sup>9</sup>

*Quadro III-7  
Participação em Congressos anteriores*

Participou de algum congresso	33,3
Não participou	66,7
Total	100,0
N	1.154

Mesmo na Direção Nacional, 31% dos seus integrantes (contra aproximadamente 66% dos delegados) não participaram de nenhum dos grandes congressos que agitaram o meio sindical nos anos que cercam a abertura política e o fim dos regimes militares: a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e os congressos anteriores da CUT e/ou da CGT. Esse dado reforça a hipótese de que a Força Sindical reuniu principalmente diretores de sindicatos com fraca experiência de militância política anterior, fato que não se repete na Direção Nacional.

Existe, contudo, uma minoria de delegados que – tomando-se a participação em congressos nacionais anteriores como indicador – chegou a ter uma participação mais intensa no movimento de reorganização do sindicalismo brasileiro no período considerado. Os maiores índices de participação referem-se aos congressos da CGT e da primeira CONCLAT, realizada no município de Praia Grande em 1981, onde vários sindicatos e federações possuem colônias de férias. Assim, aproximadamente 12% dos sindicalistas da Força Sindical tinham estado na Primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, a primeira e a Última grande reunião nacional em que estiveram juntos diretores e ativistas sindicais que, mais tarde, iriam formar a CUT e as duas CGTs.<sup>10</sup> Mas pode-se observar, no

<sup>9</sup> Cumpre ressaltar, porém, que 62% dos delegados presentes no III CONCUR também não tinham participado em qualquer outro congresso nacional de trabalhadores. Tal como na Força Sindical, a maioria dos delegados era composta de neófitos no movimento sindical. Na CUT, a proporção dos iniciantes tendia a ser mais elevada entre os delegados de sindicatos de trabalhadores rurais, de funcionários públicos e de bancários. Cf. Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sílvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iran Jácome Rodrigues, *op. cit.*, tabela 29.

<sup>10</sup> Essa proporção é mais elevada do que a encontrada entre os delegados do III CONCUR, onde somente 5% dos participantes estiveram presentes no CONCLAT de 1981.

quadro III-8, que uma minoria participou de algum congresso da CUT. Esse dado indica que, apesar da adesão à Força Sindical de alguns importantes líderes anteriormente ligados à CUT, a nova central não conseguiu atrair mais do que um ou outro sindicalista que tivera algum tipo de relacionamento com a CUT. Os dados, para a massa de participantes da reunião de fundação da Força Sindical, indicam, contudo, que ela atraiu uma pequena parte de sindicalistas ligados à CGT, que poderia ser estimada em torno de 10%.

Notemos no quadro III-8, que a proporção de delegados que estiveram no Congresso da CGT em 1989 (Praia Grande) é relativamente elevada, chegando quase a 18%. Em contraposição, somente 8% dos delegados participaram do congresso da Central Geral dos Trabalhadores (Belo Horizonte, 1989) que elegeu Joaquim dos Santos Andrade para presidente, em oposição à Confederação Geral dos Trabalhadores, que ficou sob a presidência de Antônio Rogério Magri.

*Quadro III-8  
Delegados e DN  
Participação em outros congressos*

<i>Congressos</i>	<i>Delegados</i>	<i>DN</i>
CONCLAT (Praia Grande, 1981)	11,7	40,0
Congresso de fundação da CUT (S. Bernardo, 1983)	2,4	10,8
I CONCLAT (P. Grande, nov. de 1983)	10,5	43,1
I CONCUR (S. Bernardo, 1983)	2,4	10,8
H CONCUR (Rio, 1986)	1,9	3,1
Congresso de fundação da CGT (P. Grande, 1986)	14,6	53,8
III CONCUR (Belo Horizonte, 1988)	1,8	1,5
Congresso de fundação da CGT (P. Grande, 1989)	17,7	44,6
Congresso da CGT (Belo Horizonte, 1989)	8,4	23,1
N	1.158	65

A tendência a uma baixa participação em eventos sindicais anteriores inverte-se quando observamos o mesmo fenômeno no tocante aos altos dirigentes da Força Sindical. Embora poucos deles tenham participado de algum congresso da CUT, uma porcentagem elevada participou de congressos anteriores da CGT. Assim, cerca da metade dos membros da Direção Nacional da Força Sindical esteve no congresso de criação da Central Geral dos Trabalhadores, realizado em Praia Grande em 1986, enquanto 45% participaram do congresso de 1989, na mesma cidade, que levou à formação das duas CGTs. Esses dados sugerem que, se parte não desprezível da



massa de delegados que participou da fundação da Força Sindical tinha estado afastada da política sindical nacional, a mesma observação já não pode ser estendida à alta liderança da Força Sindical. Como indicam os dados anteriores, uma proporção elevada dos dirigentes da Força Sindical veio da CGT. Desse ponto de vista, em termos qualitativos, a formação da Força Sindical prejudicou principalmente a CGT, mas em termos da atração de dirigentes afetou muito pouco a CUT.

### *Participação em congressos e categorias profissionais*

A participação em congressos varia bastante de acordo com a profissão/ocupação e com a categoria profissional. Os “artesãos”, quer dizer, os trabalhadores manuais especializados (padeiros, costureiros, alfaiates, cozinheiros, etc.), seguidos dos profissionais de nível médio (geralmente técnicos sem formação universitária), foram os que apresentaram os índices mais elevados de participação em congressos. No polo oposto, os operários não qualificados e os trabalhadores não manuais de baixa qualificação (porteiros, vigias, ascensoristas, auxiliares de escritórios, contínuos, etc.) constituíram as ocupações com as menores porcentagens de participação em alguma das reuniões assinaladas acima.

*Tabela III-3  
Participação em congresso e profissão/ocupação*

<i>Profissão/ocupação</i>	<i>Participou</i>
“Artesãos” (manuais especializados)	47,5
Profissionais de nível médio	44,8
Trabalhadores rurais	44,0
Profissionais de nível superior	41,7
Trabalhadores do setor rodoviário	38,9
Bancários e empregados de estabelecimentos de crédito	38,7
Empregados não manuais do comércio e serviços	38,2
Operários qualificados e semiqualificados da indústria	34,0
Empregados qualificados ou especializados de escritório	31,8
Trabalhadores manuais sem qualificação	26,1
Operários não qualificados da indústria	20,7
Outros	32,8
N	1.128

De modo geral, quando a participação em congressos anteriores é avaliada do ângulo da profissão/ocupação, a tendência é de que ela seja

geralmente mais intensa entre os grupos de renda e ocupação mais elevadas. A proporção relativamente grande de delegados de sindicatos rurais que participaram de congressos anteriores aparentemente contraria a regra. Entretanto, deve-se levar em conta que os delegados desses sindicatos, em 85% dos casos, eram diretores de sindicatos, quer dizer, delegados presumivelmente com maior tempo de atividade sindical,<sup>11</sup> dado que pode explicar os índices relativamente altos de participação em congressos anteriores de parte dos delegados de sindicatos de trabalhadores rurais.

### *Orientações sindicais*

Sob essa designação procuramos avaliar as opiniões dos delegados e membros da direção da Força Sindical sobre algumas questões sindicais e políticas. Considerando-se a distribuição das respostas nessa área, os participantes do congresso de fundação e os membros da Diretoria Nacional da Força Sindical são, na sua imensa maioria, favoráveis a uma central sindical que atue politicamente e a um sindicalismo voltado para a negociação direta com as empresas, sendo a greve um instrumento a ser utilizado em último recurso, quando falharem as negociações. Ademais, os membros da Força Sindical são majoritariamente favoráveis a um entendimento nacional e a um fortalecimento do poder do Congresso Nacional diante do Executivo. No geral, trata-se de opiniões políticas e sindicais moderadas. Mas nem por isso os sindicalistas que participaram da formação da Força Sindical defendem uma organização apolítica. Mais precisamente: dois terços dos delegados julgam que o principal papel de uma central sindical é atuar politicamente, pressionando governantes e políticos.

A ideia de que a principal tarefa de uma central é atuar politicamente é bem mais acentuada entre os membros da Direção Nacional do que entre a massa de delegados. Na Direção Nacional, 94% declararam que o principal papel de uma central é pressionar o governo e os políticos, enquanto somente 6% afirmaram que uma central de trabalhadores deveria ficar longe da política.

<sup>11</sup> Os trabalhadores rurais e agricultores foram a categoria da FS que apresentou a maior proporção de diretores de sindicatos. Entre os metalúrgicos, por exemplo, somente 58% dos delegados ocupavam postos na diretoria. Ver capítulo mais adiante, onde se discutem as opções políticas dos participantes do congresso.

*Quadro III-9  
Principal papel de uma central sindical*

<i>Com qual dessas frases você concorda mais:</i>	
1) O principal papel de uma central sindical é atuar politicamente, pressionando o governo e os políticos em defesa dos trabalhadores	75,0
2) Sempre que possível, uma central sindical deve ficar longe da política e do governo, ocupando-se exclusivamente de assuntos sindicais	21,8
3) Não sei dizer, não tenho opinião	3,2
Total	100,0
N	1.089

A preferência por uma central sindical que participe da política nacional aumenta com o tempo de militância e com o tempo de diretoria. Assim, a proporção dos que preferiam uma central sindical pressionando o sistema político subia de 65% entre os que tinham até dois anos de militância para 81% entre os que militavam de três a sete anos e para 80% entre os que tinham mais de sete anos de atuação no movimento sindical.

*Tabela III-4  
Atuação política das centrais e tempo de militância*

<i>Tempo de militância</i>	<i>Atuar politicamente</i>	<i>Longe da política</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Total</i>	<i>N</i>
Até 2 anos	64,8	30,5	4,7	23,7	237
3 a 7 anos	80,6	17,1	2,3	29,9	310
Mais de 7 anos	78,9	19,4	1,7	46,4	505
Total	76,0	21,4	2,6	100,0	
N					1.052

Mas, ao contrário do que tende a acontecer com as organizações sindicais (ou partidárias) mais à esquerda, nas quais a ideologia socialista desempenha um papel de primeiro plano na orientação dos dirigentes e militantes, a aceitação de uma Força Sindical “política” não significa que a massa de delegados que participou da formação da nova central entenda que os sindicatos devam atuar junto aos trabalhadores como uma espécie de “guia” das opções eleitorais. Esta conclusão decorre da análise dos resultados de uma questão que indagava se, nos períodos eleitorais, os sindicatos deveriam tentar influenciar as opiniões dos trabalhadores. Como se vê, no próximo quadro, cerca de 67% dos entrevistados se manifestaram contra.

*Quadro III-10  
Os sindicatos e o voto dos eleitores*

<i>Você acha que nos períodos eleitorais, os sindicatos:</i>	
1) Devem tentar influenciar o voto dos trabalhadores	31,2
2) Devem deixar que os trabalhadores escolham livremente	66,9
3) Não sei dizer, não tenho opinião	1,9
Total	100,0
N	1.117

Aqui, a opinião da maioria dos membros da Direção Nacional tende a ir na direção contrária à da maioria dos delegados presentes no congresso de fundação, pois 52% dos dirigentes nacionais se manifestaram a favor de uma atuação dos sindicatos no sentido de influenciar os trabalhadores (46% pronunciaram-se contra e 2% não tinham opinião). Trata-se de uma diferença relativamente importante entre as posições majoritariamente assumidas pelos delegados, de um lado, e pela maioria da Direção Nacional, de outro. As discrepâncias observadas entre a massa de delegados e a liderança poderiam eventualmente constituir um obstáculo para uma eventual tentativa da Direção Nacional de intervir nas disputas políticas, no sentido de tentar orientar o voto dos trabalhadores a favor desse ou daquele candidato ou partido. Mas pensamos que não conviria exagerar a magnitude das diferenças de opinião entre os delegados e a direção da Força Sindical. Em primeiro lugar, porque a massa de delegados não é muito politizada, e a Direção Nacional não se caracteriza igualmente por um radicalismo político de tipo “vanguardista”, que tenha a intenção de exercer uma ação pedagógica de “educação” da massa de trabalhadores. Consequentemente, nesse aspecto, a discrepância de opinião não deve levar a um afastamento importante entre a direção e o conjunto de sindicalistas.

Em segundo lugar, porque as porcentagens das respostas dos delegados, apresentadas acima, se referem ao conjunto dos participantes do congresso de fundação. Se considerarmos os delegados com maiores responsabilidades na estrutura sindical, especificamente com postos mais elevados na direção de seus sindicatos, verificaremos que as posições dessa parcela de delegados tendem a coincidir com as da Direção Nacional. Por outro lado, a proporção de respostas favoráveis a uma atuação dos sindicatos no sentido de influenciar o voto dos trabalhadores é mais elevada entre os grupos mais qualificados. Entre os bancários, os profissionais de nível superior e de nível médio, mais de 40% manifestaram-se favoravelmente a que os sindicatos procurem influenciar o

voto dos trabalhadores nos momentos de eleição. Já entre os operários de baixa qualificação, a proporção dos que têm a mesma opinião declina para 14%.

*Tabela III-5  
Influenciar o voto dos trabalhadores e profissão*

<i>Categorias</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Total</i>	<i>N</i>
Operários qualif.e semiqualeificados	34,4	64,9	0,7	100,0	436
Empreg. de escr. qualif. e espec.	24,5	74,5	1,0	100,0	105
Não manuais sem qualificação	27,5	71,2	1,3	100,0	84
Profissionais de nível médio	45,9	52,9	1,2	100,0	94
Profissionais de nível superior	39,6	58,5	1,9	100,0	56
Não manuais espec. do com. e serviços	17,3	80,8	1,9	100,0	54
“Artesões” (manuais especializados)	28,9	71,1	-	100,0	39
Trabs. do setor rodoviário	25,7	68,6	5,7	100,0	36
Operários não qualificados	14,8	85,2	-	100,0	28
Bancários	57,7	38,5	3,8	100,0	30
Trabs. rurais	33,3	66,7	-	100,0	25
Outros	26,5	68,0	5,5	100,0	131
Total	31,9	66,4	1,7	100,0	
N					1.118

Coerentemente com os dados anteriores, a proporção dos delegados que julgam que os sindicatos devem atuar politicamente junto aos trabalhadores nos momentos eleitorais eleva-se entre os delegados de maior escolaridade. Vale a pena ressaltar que, entre os que terminaram a universidade, a proporção dos que defendem essa opinião chega a 45%, baixando para 29% entre os que têm primário incompleto.

*Tabela III-6  
Influenciar o voto dos trabalhadores vs. escolaridade*

<i>Categorias</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Não Sabe</i>	<i>Total</i>	<i>N</i>
Analfabeto	-	100,0	-	100,0	3
Primário incompleto	29,5	67,9	2,6	100,0	81
Primário completo	26,7	68,4	4,9	100,0	210
Ginásio incompleto	30,1	67,7	2,2	100,0	186
Ginásio completo	27,6	71,4	1,0	100,0	206
Colégio incompleto	31,6	68,4		100,0	79
Colégio completo	30,9	68,6	0,5	100,0	201
Universidade incompleta	41,3	57,4	1,3	100,0	89
Universidade completa	45,4	53,6	1,0	100,0	108
Total	31,3	66,8	1,9		
N					1.163

Por fim, na avaliação das orientações predominantes no interior da Força Sindical, caberia ressaltar as opções da grande maioria dos delegados e dirigentes a favor de um aumento do poder legislativo e de uma restrição dos poderes do presidente. Diante de uma questão que os levava a escolher entre uma alternativa que implicava o reforço do poder Executivo e do poder Legislativo, a grande maioria dos delegados e, mais ainda, dos membros, da Direção Nacional manifestou-se a favor do fortalecimento do Legislativo.

*Quadro III-11  
Poderes do Presidente e do Congresso*

<i>Com qual dessas frases o sr. concorda mais?</i>	
1) É preciso aumentar o poder do presidente Collor para que ele possa fazer as reformas necessárias sem a interferência do Congresso	7,5
2) É preciso aumentar os poderes do Congresso para evitar que o presidente continue adotando medidas prejudiciais ao país	82,8
3) Não sei dizer, não tenho opinião	9,7
Total	100,0
N	1.081

No caso da Direção Nacional, a porcentagem de respostas que valoriza o congresso subiu para 94%, sendo de 3% tanto a proporção de membros da direção que eram favoráveis a ampliar os poderes de Collor como a dos que não souberam responder.

A análise dos dados referentes às opiniões políticas dos delegados e da direção contraria as expectativas de certos setores sindicais e políticos – tanto à esquerda como à direita – que imaginavam a Força Sindical composta por sindicalistas refratários à ação política e orientados exclusivamente para a reivindicação econômica. Os delegados, e principalmente a alta direção da Força Sindical, na sua maioria, entendem que a central não pode se manter alheia aos problemas da política nacional. Nesse sentido, já notamos, na *Introdução*, que Luiz Antônio de Medeiros, antes mesmo da criação da Força Sindical, vinha desenvolvendo forte atuação no campo político, mas colocando em primeiro plano o diálogo e a propaganda dirigida à opinião pública. Nesse campo, aliás, pode-se dizer que o presidente da Força Sindical revela grande habilidade no manejo do marketing político, no que é favorecido por grande cobertura da mídia nacional. Não há, conseqüentemente, na maior parte dos sindicalistas que participaram da fundação da Força Sindical, uma atitude de rejeição da atividade política enquanto tal, mas sim de rejeição de uma atividade política radical, ou de esquerda.

No tocante à participação política, o aspecto moderado aparece na atitude dos delegados com relação ao entendimento nacional. Enquanto na CUT, até agora, a ideia da negociação e da participação que envolva o governo divide a entidade – e é olhada, como também acentuamos na *Introdução*, com desconfiança por parte da grande maioria da direção –, na Força Sindical a parcela que julga que o entendimento nacional é impossível é de apenas 10%. De fato, a maioria dos delegados é favorável a um amplo entendimento nacional, que envolva não apenas os trabalhadores e empresários, mas também o governo. Há, contudo, uma minoria expressiva (21%) que se inclina a limitar os esforços de construção de um amplo acordo nacional apenas aos trabalhadores e aos empresários, afastando o governo.

Nesse aspecto, as opiniões dos integrantes da Direção Nacional vão no mesmo sentido da dos delegados, sendo um pouco mais forte a proporção da alta liderança (80%) que é favorável a um entendimento nacional com a participação do governo. A porcentagem dos que consideram um entendimento impossível é de 5%, enquanto os que prefeririam um entendimento envolvendo apenas empresários e trabalhadores alcançam 16%.

*Quadro III-12*  
*Entendimento nacional*

<i>Com qual dessas frases você concorda mais:</i>	<i>%</i>
1) É preciso um amplo entendimento nacional entre trabalhadores e empresários sem a interferência do governo	21,3
2) É preciso um amplo entendimento nacional reunindo não só os trabalhadores e empresários mas também o governo	65,5
3) Nenhum entendimento nacional é possível. Os trabalhadores devem defender os seus próprios interesses sem se preocupar com o que fazem o governo e os empresários	10,2
4) Não sei dizer, não tenho opinião	3,0
Total	100,0
N	1.084

Se a rejeição de uma eventual participação governamental e a descrença na possibilidade de um pacto, acordo ou negociação nacional reunindo empregadores, governo e sindicatos pode ser considerada como um indicador de radicalismo, os delegados de mais baixo nível econômico parecem ser, neste aspecto, os mais “radicais”. Essa indicação surge quando se cruzam as opiniões sobre o acordo nacional com a escolaridade e a profissão/ ocupação.

*Tabela III-7*  
*Escolaridade e entendimento nacional*

<i>Escolaridade</i>	<i>Sem governo</i>	<i>Com governo</i>	<i>Entendimento impossível</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Total</i>	<i>N</i>
Analfabeto	33,3	33,3	33,3	-	100,0	3
Primário incompleto	26,8	52,1	14,1	7,0	100,0	71
Primário completo	26,7	54,3	15,9	3,1	100,0	195
Ginásio incompleto	23,1	58,4	13,3	5,2	100,0	173
Ginásio completo	22,2	67,5	8,8	1,5	100,0	194
Colégio incompleto	19,7	71,1	3,9	5,3	100,0	76
Colégio completo	15,1	74,7	8,6	1,6	100,0	186
Universidade incompleta	18,5	74,1	6,2	1,2	100,0	81
Universidade completa	16,2	77,7	5,1	1,0	100,0	99
Total	21,2	65,4	10,3	3,1	100,0	1.078

Como se vê, as maiores porcentagens de respostas hostis a um entendimento com participação do governo estão entre os delegados com mais baixo nível de escolaridade. Na realidade, é também nesse grupo que se registrou, proporcionalmente, a maior participação de delegados que acreditavam que um entendimento nacional é impossível. Assim, entre os que não tinham mais do que quatro anos de escolaridade, 27% entendiam que qualquer tentativa de entendimento deveria ser feita diretamente com as empresas, sem participação do governo. Em contrapartida, entre os delegados com formação universitária completa, somente 16% tinham a mesma opinião. Nessa faixa de escolaridade, quase 80% dos respondentes eram favoráveis a busca de um entendimento nacional com participação do governo.

As opiniões relativas às formas de atuação sindical são bastante coincidentes com aquelas referentes às formas de atuação política. De modo geral, revelam disposições moderadas e “negocistas”. No caso específico da greve, esta aparece, para a grande maioria dos delegados, como um recurso a ser utilizado apenas quando falham as negociações.

Nesse assunto, as posições dos membros da Direção Nacional são mais moderadas do que as dos delegados. Com exceção de um caso, todos os demais membros da alta direção (98%) entenderam que a greve é uma arma dos trabalhadores a que se deve recorrer em última instância.

Entendida a greve como um último recurso, a quase totalidade dos delegados prefere a negociação direta com as empresas, rejeitando a interferência da Justiça do Trabalho e do governo.

*Quadro III-13*  
*Opiniões sobre a greve*

<i>Com qual dessas frases você concorda mais:</i>	
1) A greve é o único recurso dos trabalhadores e deve ser usada sempre que possível para pressionar os empregadores	5,5
2) A greve é um instrumento importante de luta, mas só deve ser usado como último recurso quando falham as negociações	88,5
3) Deve-se sempre evitar a greve porque, no final, ela só traz prejuízos à economia do país e ao trabalhador	0,5
4) Não sei dizer, não tenho opinião	5,5
Total	100,0
N	1.114

Também nesse ponto, as opiniões dos membros da Direção Nacional são notavelmente coincidentes com as dos delegados: 98% dos dirigentes entendem que é melhor para os trabalhadores quando os sindicatos negociam diretamente com as empresas, sem intervenção da Justiça do Trabalho.

*Quadro III-14*  
*Negociação direta e Justiça do Trabalho*

<i>Com qual dessas frases você concorda mais?</i>	
1) É melhor para os trabalhadores quando os sindicatos e as empresas negociam diretamente, sem intervenção da Justiça do Trabalho e do governo	87,7
2) No Brasil, a Justiça do Trabalho acaba dando mais vantagens para o trabalhador do que a negociação direta dos sindicatos com os patrões	8,3
3) Não sei dizer, não tenho opinião	4,0
Total	100,0
N	1.102